

Barbosa Lima Sobrinho

Aum leitor da categoria de Celso Lafer devo, pelo menos, explicações. Não foi meu objetivo, no artigo a respeito do livro de Gustavo Barroso, *Brasil — colônia de banqueiros*, invocar os adversários dos empréstimos externos. Na verdade, se tivesse tal propósito, não deixaria de recorrer ao Ministro da Fazenda da fase da Independência, Martim Francisco, que, numa carta a Meneses Drummond, opinava que tais empréstimos eram “um abismo em que, mais tarde, ou mais cedo, deveriam ser precipitadas todas as nações, cujos governos só os adotaram para mais facilmente oprimirem os povos”.

Por sinal que devo agradecer ao sr. Celso Lafer o me haver lembrado que, nessa mesma categoria dos adversários dos empréstimos externos, estava o grande filósofo alemão Emanuel Kant, que, numa espécie de manifesto em prol de uma paz perpétua, dizia, segundo a versão italiana que tenho ao meu dispor, que eles constituíam um “sistema de crédito que multiplica os débitos ao infinito”. Fiquei até em dúvida se Martim Francisco não tivesse se utilizado da lição do filósofo de Königsberg.

Confesso que, no artigo, a que me venho referindo, a minha preocupação fora confrontar as duas opiniões, a de Gustavo Barroso e a dos *Protocolos dos sábios do Sião*, quanto aos riscos dos empréstimos externos. Não que ignorasse as origens espúrias de um livro, que havia sido forjado exatamente para combater os judeus, atribuindo-lhes um programa com que conquistar o domínio do mundo. Em outros tempos,

ainda em vida de Gustavo Barroso, tivera um desencontro com ele, ao publicar artigo em que procurava resumir as conclusões de um livro de Benjamin W. Siegel, que eu havia recebido de seu tradutor Flávio de Lima e Silva, demonstrando como haviam sido fabricados, com base numa obra antiga de escritor francês, *Os protocolos dos sábios do Sião*. Não chegava a dar muita importância ao anti-semitismo do autor de *Terra do Sol*, quando me parecia que a experiência brasileira, em matéria de empréstimos externos, não chegara a distinguir judeus e não judeus. O importante é que fossem banqueiros e abrissem as bolsas para os governos de nossa terra, um país que estava dando os primeiros passos no aproveitamento do crédito externo.

Nem chegava a me impressionar o combate de Gustavo Barroso ao imperialismo britânico, quando essa atitude não passava, a meu ver, de uma simples manifestação de apoio à política de Hitler, que via na Inglaterra o seu principal inimigo, com uma França prisioneira de sentimentos entreguistas. Ainda não se levava em conta o poderio americano, pela convicção de que o prestígio da colônia alemã nos Estados Unidos seria bastante para neutralizar uma vocação guerreira, que o presidente Roosevelt não conseguira despertar. Naquela época as ambições de expansão territorial da Alemanha me pareciam mais perigosas do que um imperialismo que se alimentava e se satisfazia com os lucros comerciais. Para Adolfo Hitler, os nossos Estados do sul estavam enquadrados no mapa definitivo daquela Alemanha que ele acreditava construir com a força de seus exércitos. Por sinal que, do nazismo de Gustavo Barroso não preciso mais do

que recorrer ao documentado artigo que o professor Marcos Chor Maio acaba de publicar neste mesmo *JORNAL DO BRASIL*.

Para mim, não havia como compreender que Gustavo Barroso e *Os protocolos dos sábios do Sião* tivessem o mesmo ponto de vista, quanto aos empréstimos externos. Era fácil entender a tese de Gustavo Barroso, como um argumento a mais, no seu anti-semitismo. Mas como admitir que um programa apócrifo atribuí-se aos judeus a condenação de uma atividade, que estava na lógica das atribuições dos seus banqueiros? A tese de Gustavo Barroso me parecia lógica, em face de seu anti-semitismo sistemático. O exemplo das dívidas brasileiras, na fase da monarquia, e no começo do período republicano, demonstrava, perfeitamente, que o Brasil não passara de uma colônia de banqueiros. Os nossos credores não cuidavam senão dos juros que passariam a receber, adiando a liquidação do que se chamava o principal, o que não era mais do que uma armadilha para o pagamento dos juros, que sempre tiveram a característica de uma contribuição colonial.

Também interessava muito o que se chamava o tipo dos empréstimos, que eram a diferença entre a dívida total e o crédito de que dispunha o devedor. Tivemos empréstimo no tipo 52, com o Brasil recebendo 52% do empréstimo estipulado e assumindo o compromisso de pagar juros sobre 100% do total da dívida. Num sistema de crédito assim constituído, era natural que Gustavo Barroso chegasse à conclusão do libelo que escreveu, sob o título *Brasil — colônia de banqueiros*.

Se pensarmos que *Os protocolos* foram construí-

dos para atribuir aos judeus um programa de dominação do mundo, o que se poderia esperar de seu autor é que recomendasse os empréstimos externos, que vinham sendo um dos melhores argumentos para a influência dos judeus ou dos banqueiros, fossem ou não judeus. O erro de Gustavo Barroso estava em supor que os banqueiros não judeus emprestassem dinheiro em melhores condições do que os banqueiros judeus. Mas que eles vissem, nos empréstimos externos, uma “sanguessuga que, em caso algum, se pode arrancar do corpo do Estado, salvo se o largar por si”, é o que destoaria de um programa para o domínio do mundo. Seria mais fácil admitir que justificassem e aplaudissem os empréstimos externos, como um dos instrumentos para alcançar objetivos que os autores da falsificação diziam ser dos judeus. E o que continua a me causar surpresa é a identidade de opinião, com relação aos empréstimos externos, entre o anti-semitismo de Gustavo Barroso e um documento que procurava comprometer os judeus. Verdade que *Os protocolos* também estavam fazendo um programa para os Estados judaicos. Mas não deixavam de acrescentar que os Estados cristãos admitiam, ou buscavam aquelas sanguessugas que eram os empréstimos externos e não as arrancavam e até continuavam a pôr outras, “embora tenham de perecer com essa sangria voluntária”.

A mim se afigurava que um programa atribuído aos judeus não caberia senão fazer a apologia da dívida externa, como instrumento de dominação de banqueiros, judeus ou não judeus, tanto mais quando ainda não existia o Estado de Israel, para ser devidamente aconselhado contra os inconvenientes de tais empréstimos.